

APARECIDA GOIÂNIA-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS

AGENTE EDUCATIVO



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✓ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✓ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✓ Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- ✓ Questões gabaritadas



Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br



Prefeitura de Aparecida de Goiânia - GO
Agente Educativo

LÍNGUA PORTUGUESA

Características e funcionalidades de gêneros textuais variados; Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva	1
Compreensão e interpretação de textos	8
Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica.....	13
Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	14
Mecanismos de coesão e coerência	25
Tipos de argumento.....	30
Classificação gramatical.....	32
Gramática normativa	44
Processo de formação de palavras.....	45
Fenômenos gramaticais básicos.....	51
Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração...	53
Concordância	58
Regência verbal e nominal.....	64
Pontuação	67
Acentuação.....	71
Ortografia oficial	74
QUESTÕES.....	81
GABARITO	88

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Resolução de problemas envolvendo raciocínio lógico, dedução, estruturas lógicas, argumentação, análise de proposições verdadeiras e falsas e diagramas lógicos; lógica proposicional: proposições, conectivos lógicos, tabelas-verdade, equivalências lógicas simples e negação de proposições.....	1
Sequências e padrões: sequências lógicas e numéricas, progressões aritméticas simples e identificação de padrões lógicos e numéricos.....	27
Proporcionalidade e relações entre grandezas diretamente e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta.....	30
Porcentagem: aumentos, descontos e variações percentuais.....	34
Matemática financeira básica: juros simples, cálculo de capital, taxa, tempo e montante.....	36

SUMÁRIO



Análise de dados: leitura e interpretação de tabelas, gráficos (barras, colunas e setores) e média aritmética simples	38
Questões	43
Gabarito	48

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO

Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos	1
Emergências de saúde, surtos e epidemias.....	6
Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais, mudanças climáticas e políticas ambientais	10
Arte, cultura e patrimônio na região centro-oeste brasileira.....	14
Formação histórico-territorial de goiás e aparecida de goiânia/go.....	19
Política, economia e sociedade em goiás: da colônia à república	23
Modernização da agricultura e urbanização do território de goiás.....	27
Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.....	32
Natureza, cultura e turismo em goiás.....	36
Aspectos histórico-geográficos de aparecida de goiânia/go	40
Questões	45
Gabarito.....	53

CONHECIMENTOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Ética no serviço público e sigilo das informações escolares.....	1
Princípios da Administração Pública aplicados à gestão escolar.....	2
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996: Título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional; Título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar; Título V, Capítulo II, Seção II - Da Educação Infantil)	8
Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) aplicado ao contexto escolar	12
Fases do desenvolvimento infantil (físico, cognitivo e psicossocial).....	81
Rotinas na educação infantil e anos iniciais: acolhimento, alimentação, higiene pessoal, repouso e momento lúdico	91
O papel do agente educativo na promoção da autonomia e socialização dos alunos..	97
Noções básicas de primeiros socorros para situações comuns (engasgos, quedas, cortes, sangramentos e convulsões); prevenção de acidentes e organização segura dos espaços de convivência escolar.....	100

SUMÁRIO



Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº 13.146/2015: Livro I, Título II, Capítulo IV – Do Direito à Educação; o papel do agente educativo na inclusão de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH)	128
Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia-GO (Seção Única do Título VIII - Dos Servidores Públicos e Seção III do Capítulo I do Título VII - Da Educação)	130
Questões	139
Gabarito.....	146



A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

TIPOS TEXTUAIS

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

► Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

Ex.: contos, romances, crônicas, anedotas.

► Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que está sendo descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

Ex.: retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.

► Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

Ex.: redações argumentativas, ensaios, editoriais.



RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO RACIOCÍNIO LÓGICO, DEDUÇÃO, ESTRUTURAS LÓGICAS, ARGUMENTAÇÃO, ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES VERDADEIRAS E FALSAS E DIAGRAMAS LÓGICOS; LÓGICA PROPOSICIONAL: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS LÓGICOS, TABELAS-VERDADE, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS SIMPLES E NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

LÓGICA PROPOSICIONAL

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	$\sim p$
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção ($p \wedge q$) é a seguinte:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$p \Leftrightarrow q$	$p \vee q$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F



FUNDAMENTOS DOS CONFLITOS SOCIAIS E DA POBREZA

► Conflito social como categoria analítica

Um conflito social surge sempre que grupos distintos disputam acesso a recursos escassos, reconhecimento simbólico ou posições de poder dentro de uma estrutura compartilhada. Diferentemente de uma simples divergência de opinião, o conflito social pressupõe a existência de interesses materiais ou simbólicos contrapostos, sustentados por grupos organizados ou minimamente identificáveis enquanto coletividade. A disputa pela terra, a tensão entre populações urbanas e o poder público em torno de remoções, os embates por moradia digna e os confrontos entre trabalhadores informais e órgãos de fiscalização municipal são exemplos de situações em que a oposição de interesses se manifesta de forma concreta e recorrente no espaço urbano e rural brasileiro.

Tipologia dos conflitos

Os conflitos sociais podem ser classificados segundo diferentes critérios. Quanto à natureza do objeto disputado, distinguem-se conflitos distributivos, centrados na partilha de bens materiais como renda, terra ou moradia, e conflitos de reconhecimento, voltados à afirmação de identidades culturais, étnicas ou de gênero historicamente desvalorizadas. Quanto à escala, há conflitos localizados, restritos a um bairro ou comunidade específica, e conflitos estruturais, que atravessam regiões inteiras e refletem desigualdades herdadas de processos históricos de ocupação territorial. Quanto à forma de expressão, alguns conflitos permanecem latentes, sem manifestação pública organizada, enquanto outros se tornam manifestos por meio de mobilizações, ocupações ou demandas judiciais.

► Pobreza: conceitos e formas de mensuração

A pobreza não se reduz à ausência de renda monetária suficiente, embora essa dimensão continue central para boa parte das políticas públicas. A abordagem da pobreza absoluta define uma linha mínima de renda ou de consumo abaixo da qual uma pessoa é considerada incapaz de satisfazer necessidades básicas de alimentação, moradia e vestuário. Já a pobreza relativa compara a situação de um indivíduo ou família à distribuição de renda da sociedade em que vive, considerando pobre quem se encontra significativamente abaixo da média ou da mediana de bem-estar do seu entorno social. Uma terceira abordagem, consolidada nas últimas décadas, é a da pobreza multidimensional, que reconhece que privações em saúde, educação, saneamento básico e acesso a serviços públicos podem coexistir ou não com a insuficiência de renda, exigindo instrumentos de medição mais amplos do que o simples cálculo de rendimentos.

Vulnerabilidade social e exclusão

A vulnerabilidade social descreve a exposição de indivíduos e famílias a riscos que comprometem sua capacidade de sustentar condições mínimas de vida, mesmo quando não se encontram, em determinado momento, abaixo da linha de pobreza. Fatores como instabilidade no emprego, ausência de proteção previdenciária, moradia em áreas de risco geológico ou hidrológico e fragilidade de vínculos familiares e comunitários ampliam essa condição. A exclusão social, por sua vez, refere-se ao afastamento progressivo de grupos inteiros do acesso a direitos, serviços e espaços de participação política, configurando um processo cumulativo que tende a se reproduzir entre gerações quando não é interrompido por políticas públicas consistentes.

A tabela apresentada abaixo sintetiza as diferenças entre as principais abordagens conceituais de pobreza, apresentando o critério central de cada uma e sua aplicação prática mais comum nas políticas de proteção social.



Conhecimentos na Área de Atuação

A ética é a parte da filosofia que trata da reflexão sobre os princípios que fundamentam a moral. Pode ser entendida como uma teoria filosófica ou científica. Ética é um código moral que pretende ser o único conjunto de regras de conduta harmonicamente coerentes ao qual toda pessoa considerada moral deva obedecer¹.

A necessidade de se definir os caminhos éticos a serem seguidos por profissionais de diversos ramos específicos fez multiplicar, nos últimos anos, os chamados “códigos de ética” relativos às mais diversas profissões (código de ética da advocacia, código de ética da medicina, etc.)².

Os “códigos de ética” se caracterizam por princípios e regras que visam justamente definir condutas a serem seguidas por um determinado grupo de profissionais.

Não poderia ser diferente em relação à profissão dos servidores públicos, sobretudo quando se leva em consideração que a Administração Pública deve se pautar pelo princípio da moralidade, sendo exigido de seus agentes, aos quais se incumbe a materialização da vontade do Estado por meio de atos e procedimentos administrativos, um comportamento regido pela ética.

Os “códigos de ética” são mais que mero conjunto de leis a serem observadas por seus destinatários, no caso os servidores públicos, sob pena da sanção estatal; os “códigos de ética” são, na realidade um conjunto de normas a serem observadas, não por medo da violência do Estado por sua inobservância (sanção), mas por senso e consciência moral livre, autônoma e íntima, por convicção interna, de que os serviços públicos devem orientar-se à consecução do bem comum e prestígio à solidariedade social como meios de sobrevivência e harmonia da sociedade para o que se exige o estrito respeito ao elemento ético que deve compor todo o agir humano.

No que se refere aos Servidores Públicos Cíveis do Poder Executivo Federal, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.171/94³, instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Referido Decreto descreve regras de conduta a serem seguidas pelos agentes públicos (regras deontológicas), deveres fundamentais do servidor público e também vedações ao servidor público.

Da mesma forma, considerada um dos pilares da legislação anticorrupção, a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), nome pela qual ficou conhecida a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992⁴, é dividida em três seções:

I - Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito”;

II - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário”; e

III - “Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública”.

Os Atos de improbidade administrativa atentam contra o Erário, resultam em enriquecimento ilícito ou atentam contra os princípios da administração pública. Entre as penas previstas estão o ressarcimento ao Erário, a indisponibilidade dos bens e a suspensão dos direitos políticos⁵.

Não obstante o reconhecimento da necessidade de atualização da Lei, seu texto sofreu alteração pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021⁶, sendo alvo de intensos debates e controvérsias: para alguns críticos, houve uma flexibilização da LIA, para outros buscou-se evitar seu uso político.

Da lei original, apenas os artigos 15 e 19 não foram objeto de modificação. Todos os demais foram alterados ou revogados.

1 CAVA, Wilson; GOMES, Celso Augusto dos Santos. *ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: alguns apontamentos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso Gestão, Assessoramento e Estado-Maior, Escola de Formação Complementar do Exército*, 2018.

2 BORTOLETO, Leandro; MÜLLER, Perla. *Noções de ética no serviço público*. Editora Jus Podivm, 2014.

3 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm.

4 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm.

5 Alterações na Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992 (Lei nº 14.230/2021). CADIP – CENTRO DE APOIO AO DIREITO PÚBLICO. Coordenadoria do Cadip (biênio 2022-2023). São Paulo, 15 de março de 2023 (4ª edição).

6 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm#art1.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!